

Juizado Regional Empresarial da Comarca de Pelotas (RS)

Recuperação Judicial nº 5044824-57.2025.8.21.0022

**1º ADITIVO E CONSOLIDAÇÃO AO PLANO DE RECUPERAÇÃO
JUDICIAL DO GRUPO ACHTERBERG**

GILMAR EMILIO ACHTERBERG & CIA LTDA. – em recuperação judicial

GILMAR EMILIO ACHTERBERG – em recuperação judicial

FLAVIA ALINE ZUGE – em recuperação judicial

Santa Maria (RS), 20 de outubro de 2026.

SANTA MARIA

Av. Nossa Sra das Dores, 53
Bairro Dores
CEP 97050-531

(55) 3025 9350

PORTO ALEGRE

Rua Ramiro Barcelos, 630
Sala 1006, Bairro Floresta
CEP 90035-005 - Prédio DOC

Design Office Center
(51) 3239 4703

SANTIAGO

Rua Pinheiro Machado, 2301
Conj. 01, Centro
CEP 97700-210

(55) 3251 1921

I – CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

1.1. **Introdução.** O objetivo principal da recuperação judicial é viabilizar a superação da crise econômico-financeira dos Recuperandos, através da conciliação entre a manutenção das atividades empresariais e o pagamento dos credores, estabelecendo a fonte de recurso e seu cronograma de pagamento, de forma a propiciar o cumprimento da função social da empresa.

1.1.1. Este plano de recuperação judicial representa, na visão dos Recuperandos, as alternativas viáveis para o pagamento sustentável e ordenado dos credores, permitindo a manutenção da fonte produtora, dos empregos, do interesse dos credores e promovendo sua manutenção e preservação, sua função social e o estímulo à atividade econômica, em linha com o principal objetivo previsto na pela Lei de Falência e Recuperação de Empresa (LFRE).

1.2. **Considerações.** **(i)** Considerando que os Recuperandos vêm passando por uma crise econômico-financeira que comprometeu o cumprimento momentâneo de suas obrigações assumidas; **(ii)** considerando que em 05 de novembro de 2025, os Recuperandos ajuizaram pedido de recuperação judicial, cuja publicação da decisão que deferiu o processamento em consolidação substancial, por meio de decisão judicial, ocorreu em 19 de dezembro de 2025; **(iii)** considerando que o plano de recuperação judicial cumpre os requisitos contidos no art. 53 da Lei 11.101/2005, uma vez que: **a)** pormenoriza os meios de recuperação judicial dos Recuperandos; **b)** é viável; **c)** inclui laudo de demonstração econômico-financeira (evento 105 dos autos), que traz a projeção dos resultados e consequentemente a viabilidade econômica; **d)** inclui laudo de avaliação de bens e ativos (evento 105 dos autos).

1.3. **Objetivo do Plano.** Este plano tem o objetivo de demonstrar a capacidade de recuperação econômico-financeira dos Recuperandos, para viabilizar a superação da sua crise, a manutenção dos empregos, da fonte produtora e

atender os interesses dos credores, estabelecendo os modos de recuperação judicial e o cronograma de pagamento.

1.4. **Histórico dos Recuperandos.** Apresenta-se um breve histórico dos Requerentes:

(i) Com mais de vinte anos de atuação no ramo agropecuário, a GILMAR EMILIO ACHTERBERG & CIA LTDA. (Agrícola Achterberg) nasceu a partir da necessidade de fornecimento de produtos especializados aos produtores rurais da região de Paraíso do Sul (RS). A empresa desenvolve suas atividades com foco no comércio de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes, corretivos do solo, materiais de pesca, ferragens, rações e EPIs.

(ii) No transcurso do tempo, a atividade empresarial passou por processo de expansão com crescimento gradual e estrutural, ampliando seu quadro funcional e estabelecendo diversas unidades operacionais, como loja principal, depósitos, setor de vendas, equipe administrativa e de entregas.

(iii) A matriz da Agrícola Achterberg, localizada em Paraíso do Sul/RS, é responsável pelo núcleo central das operações empresariais, exercendo atividades de natureza administrativa, gerencial e comercial, especialmente pela condução da gestão financeira e contábil da operação, incluindo o planejamento orçamentário e o controle de receitas, despesas e obrigações.

(iv) A unidade matriz exerce diretamente o comércio de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes, insumos agrícolas, ferragens, materiais de pesca, bem como rações e equipamentos de proteção individual.

(v) A partir do fortalecimento das operações, a empresa Requerente decidiu investir na diversificação de suas atividades e expandiu sua atuação, através da constituição de sua filial, ao ingressar na cadeia pós-colheita por meio da armazenagem e distribuição de arroz em casca.

(vi) A filial, localizada na RSC 287, Km 177, também em Paraíso do Sul/RS, exerce atividade direcionada à pós-colheita dos grãos. Nesta unidade, são prestados os serviços de armazenamento e distribuição de arroz em casca, cultura tradicional da região, em uma relação direta com os produtores rurais locais.

(vii) A Agrícola Achterberg atua tanto na etapa de insumos (pré-produção) quanto na logística e armazenagem de arroz em casca (pós-produção), ou seja, além do comércio de produtos agrícolas, a empresa atua ainda no armazenamento e distribuição de arroz em casca, operando diretamente nestes segmentos do agronegócio.

(viii) A Requerente, trata-se, portanto, de empreendimento de relevante função social e econômica que, ao longo de mais de duas décadas de atuação, consolidou-se como agente essencial na cadeia produtiva local e regional.

(ix) Concomitante e de forma conjunta às atividades empresariais da Agrícola Achterberg, os Recuperandos GILMAR e FLAVIA também são produtores rurais, formando um grupo econômico de fato ("Grupo Achterberg", como são conhecidos na região), atuante em todos estes segmentos do agronegócio: preparo da cultura, por meio do comércio desenvolvido na empresa; cultura, por meio do cultivo de arroz e fumo; e, comércio/armazenagem de grãos, por meio do engenho.

(x) Os produtores rurais, GILMAR e FLÁVIA, há muitos anos, desenvolvem atividade rural em regime de parceria agrícola na condição de parceiros outorgantes, atuando no cultivo de fumo e arroz, nos municípios de Agudo (RS) e Paraíso do Sul (RS), respectivamente. São cultivados, aproximadamente, 10 hectares de fumo e 24 hectares de arroz.

(xi) Os Requerentes desenvolvem atividades essenciais e complementares um à consecução da atividade operacional e fim do outro, e juntos, formam um grupo econômico de fato, com controle e dependência de gestão, atuantes no mercado

do agronegócio. A operação do grupo é desenvolvida de forma contínua, organizada e em caráter empresarial.

(xii) Não obstante a trajetória construída ao longo de mais de duas décadas e do protagonismo no mercado regional, o grupo passou a enfrentar nos últimos anos um cenário econômico adverso, agravado por fatores externos alheios, especialmente, as frustrações de safras e catástrofe climática das enchentes que no ano de 2024 atingiu drasticamente a operação dos Recuperandos.

(xiii) Em que pese a crise financeira enfrentada pelos Recuperandos é evidente a possibilidade de soerguimento do Grupo, do adimplemento de todas as obrigações e manutenção da atividade empresarial.

1.5. **Da infraestrutura.** As unidades operacionais dos Recuperandos são compostas pela loja matriz, pelo engenho destinado ao armazenamento de grãos (filial) e pelas áreas rurais em que são desenvolvidas as lavouras de arroz e fumo. A loja matriz, localizada na região central de Paraíso do Sul (RS), em que pese tenha sofrido um desabamento – o que está em fase de tratativas de reconstrução – contava uma estrutura robusta e completa comercial. Objetiva-se reconstruir a estrutura nos mesmos moldes em que se encontrava anteriormente ao incidente. Vejamos a estrutura organizacional da loja, que também conta com um depósito de insumos (este não atingido pelo desabamento):



BOCHI BRUM & ZAMPIERI

Sociedade de Advogados - OAB/RS 361

Parte interna da loja:



Depósito de insumos, fertilizantes e rações:



A unidade filial se trata de um engenho (silos), composto pela estrutura e maquinários necessários ao armazenamento e distribuição de arroz em casca. Abaixo, o levantamento fotográfico:



A estrutura operacional do Grupo Recuperando também conta com as lavouras fumo e arroz, nos municípios de Agudo (RS) e Paraíso do Sul (RS), respectivamente:

Lavoura de fumo:



Lavoura de arroz (período entressafra):



1.6. **Das Causas da Crise.** Dentre as causas de maior impacto, destacam-se: frustrações de safras, alto preço dos insumos, estiagens, enchentes (ano de 2024) e a alta taxa de juros bancários.

(i) Os produtores rurais GILMAR e FLÁVIA, são diretamente atingidos com as frustrações de safra. Por sua vez, a Agrícola Achterberg atua diretamente com e para os produtores rurais locais. Logo, a crise do agronegócio atingiu diretamente o grupo, seja pelas frustrações de safra da cultura própria, seja pelas frustrações de safra de outros produtores que adquirem os produtos comercializados pela Agrícola Achterberg.

(ii) No ano de 2023, as lavouras de fumo e de arroz foram afetadas pela intensa estiagem experienciada no Estado. Além de comprometer o desenvolvimento das lavouras, também reduziu expressivamente a produtividade agrícola, especialmente pela forte dependência de volume hídrico por parte da cultura do arroz. O alcance de metas mínimas de colheita previstas para o ciclo agrícola foi inviabilizado, o que fragilizou o equilíbrio econômico-financeiro do Grupo.

(iii) Como consequência, os demais produtores locais que adquirem insumos/produtos, ou seja, que são clientes da Agrícola Achterberg, também

foram afetados pela estiagem, o que culminou no impacto negativo na operação (vendas) da empresa.

(iv) No ano de 2024, a situação de crise foi agravada pela catástrofe das enchentes que devastaram o Estado do Rio Grande do Sul. No Município de Paraíso do Sul (RS), sede da Agrícola Achterberg e local da lavoura de arroz, e nas áreas rurais circunvizinhas, como Agudo (local da lavoura de fumo), as lavouras foram totalmente devastadas, o que comprometeu o estado das plantações, sua qualidade e, por consequência, a rentabilidade das safras.

(v) As inundações resultaram em perdas imensuráveis da produção de arroz e fumo, sobretudo pela erosão hídrica, degradação do solo e deterioração da plantação. A destruição das lavouras não apenas comprometeu a colheita da safra então vigente, como também afetou o preparo do solo e o planejamento das safras futuras. O replantio de determinadas áreas, em razão das condições da terra, tornou-se temporariamente inexecutável, culminando em mais prejuízos.

(vi) Somado a esse cenário, o aumento dos preços dos insumos agrícolas elevou os custos de produção e comprometeu de forma direta a continuidade das atividades rurais. A combinação das intempéries climáticas, frustrações de safras, aumento do preço dos insumos e alto custo de produção, tornou-se elemento propulsor dos efeitos da crise já instaurada.

(vii) No caso da Agrícola Achterberg, dada a natureza do seu modelo de negócios - *venda de insumos e produtos agrícolas aos produtores rurais da região* -, a frustração das safras resultou em retração de receita da empresa em consequência da redução da capacidade de compra dos produtores da região – os quais sofreram com os prejuízos das enchentes.

(viii) A redução do poder aquisitivo dos produtores rurais da região não impactou somente a venda de mercadorias agrícolas a curto e médio prazo, mas

também o adimplemento das vendas realizadas a crédito para a carteira de clientes.

(ix) A Agrícola Achterberg costumava realizar vendas para pagamento futuro (venda parcelada). Ocorre que a crise que assolou os produtores da região, afetou também o adimplemento, pelos clientes de tais obrigações, contribuindo com a redução do caixa e faturamento da empresa, que contava com tais pagamentos para honrar as suas obrigações.

(x) A paralisação na cadeia de recebíveis, componente vital para a manutenção das operações da empresa, foi ponto essencial para o agravamento da crise econômico-financeira dos Recuperandos.

(xi) Tratou-se de verdadeiro efeito cascata: a crise da liquidez vivenciada pelos produtores rurais, em decorrência das safras frustradas e da enchente, elevou o índice de inadimplência junto à empresa e diminuiu o fluxo de caixa da Requerente, comprometendo a sua capacidade de honrar os compromissos firmados e de sustentar suas operações com regularidade.

(xii) Da mesma forma, a atividade desenvolvida pela filial da Requerente também foi afetada: voltada à armazenagem e distribuição de arroz em casca, a unidade industrial enfrentou retração no consumo dos grãos, o que comprometeu a demanda do produto e escoamento dos estoques armazenados.

(xiii) Além das perdas diretas, as enchentes destruíram acessos rodoviários e estradas internas, o que elevou os custos logísticos e comprometeu a entrega dos insumos para clientes na região, o que culminou na perda de receita.

(xiv) Paralelamente, os custos operacionais permaneceram elevados, em razão de despesas fixas com manutenção da estrutura física, energia, logística e equipe técnica de funcionários. Essa combinação - redução da saída de mercadorias e manutenção dos custos operacionais - resultou em significativo desequilíbrio financeiro para os Requerentes.

(xv) Diante desse cenário, com a finalidade de suprir o capital de giro necessário à manutenção das atividades, o Grupo foi obrigado a recorrer à contratação com instituições financeiras, passando a sofrer com altos juros bancários.

(xvi) Não obstante a crise, na data de 31/10/2025, houve o desabamento da estrutura (teto) do prédio da Agrícola Achterberg (matriz). Embora o prédio seja locado, foram perdidos mercadorias, mobiliários e equipamentos, além das despesas não previstas que foram necessárias para realocar a operação e evitar a suspensão da atividade comercial.

(xvii) À vista do exposto, incontroversa é a crise econômico-financeira enfrentada pelo Grupo Recuperando, que está assolado por uma dívida que ultrapassa sua capacidade de pagamento atual, a não ser por meio de uma reestruturação da atividade e do passivo, o será permitido por meio deste plano de recuperação judicial, que viabilizará também o adimplemento ordenado de todos os credores.

(xviii) A crise é manifesta, no entanto, a atividade é viável e a capacidade de soerguimento dos Recuperandos também é incontroversa. O soerguimento do Grupo, atuante no mercado agrícola há mais de vinte anos, será plenamente possível por meio deste plano de recuperação judicial, sendo imprescindível o “respiro” concedido pela recuperação judicial a fim de que o Grupo consiga viabilizar a reestruturação esperada.

II – DAS MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO

2.1. **Síntese das medidas de recuperação.** O plano utiliza como meio de recuperação os seguintes: (i) condições especiais de prazo e forma de pagamento das obrigações; (ii) equalização dos encargos financeiros; (iii) alienação de bens e ativos; (iv) captação de novos recursos; (v) dação em pagamento de bens; (vi) possibilidade de transformação em Sociedade Anônima, com a emissão de debêntures; (vii) possibilidade de realizar operações de

reorganização societária; e (viii) providências destinadas a reforço de caixa, sem prejuízo das demais medidas prevista neste plano e no art. 50, da Lei nº 11.101/2005.

2.2. **Condições especiais de prazo e forma de pagamento.** O plano prevê novos prazos, valores e condições para pagamento da dívida sujeita à recuperação judicial, além da substituição do índice de correção monetária, afastamento de juros remuneratórios, moratórios e multas vigentes para os créditos previstos nas diferentes classes do plano.

2.3. **Equalização dos Encargos Financeiros.** Os juros, multas e encargos financeiros previstos nos títulos que deram origem aos créditos submetidos ou aderentes ao plano deixarão de ser aplicados, passando os créditos a serem corrigidos e/ou remunerados exclusivamente pelos índices e encargos previstos neste plano, até a sua liquidação.

2.4. **Alienação e Arrendamento de bens e de ativos.** Os Recuperandos poderão alienar ativos operacionais e não operacionais, a fim de destinar recursos ao pagamento dos credores e à recomposição do capital de giro. Ainda, de acordo com as oportunidades de mercado, poderão ser alienadas ou arrendadas unidades produtivas isoladas ou ativos estratégicos, de forma ampla ou restrita, sem sucessão dos adquirentes ou arrendatários. Os recursos provenientes da alienação e arrendamento reforçarão o fluxo de caixa e serão utilizados para a atividade fim das empresas, bem como para garantir o pagamento dos credores na forma deste plano.

2.5. **Captação de novos recursos.** Os Recuperandos poderão obter novos recursos junto a credores fomentadores para fazer frente às obrigações assumidas ou para recomposição do capital de giro. Ainda, poderão buscar novos financiamentos, em observância às disposições do art. 69-A e seguintes da Lei 11.101/2005. Poderão comprometer bens do ativo imobilizado.

2.6. **Da Dação em pagamento.** Os Recuperandos poderão entregar bens em dação em pagamento das obrigações assumidas no plano, bens dispensáveis para a continuidade das atividades empresariais. A dação em pagamento pressupõe a aceitação do credor, na forma do art. 313 do Código Civil. Os bens deverão ser avaliados por preço de mercado.

2.7. **Da transformação em Sociedade Anônima.** Os Recuperandos poderão admitir novos sócios e requerer a transformação para o regime de Sociedade Anônima. A seu critério, os Recuperandos poderão emitir debêntures perpétuas ou não, conversíveis ou não em ação, com a finalidade de aceleração da amortização do passivo ou para utilização como reforço do capital de giro, com juros anuais de 2% (dois por cento).

2.8. **Reorganização Societária e alianças estratégicas.** Os Recuperandos poderão, com intuito organizacional e como forma de fomentar suas atividades, realizar operações societárias, como fusões, cisões, incorporações ou transformação da sociedade, inclusive a constituição de subsidiária integral ou cessão de quotas. Ainda, diante do *Know how* que os Recuperandos detêm, e como forma de fomentar suas atividades e o aumento da sua rentabilidade, poderão celebrar alianças estratégicas, a partir de operações de *Joint Venture*, participação em outras sociedades, sociedades coligadas, controladas e controladoras ou outra modalidade, nos termos da legislação vigente, sem que isso implique em responsabilidade patrimonial de terceiro.

2.9. **Providências destinadas ao reforço do Caixa.** Os Recuperandos estão implantando uma série de medidas destinadas a reforçar seu caixa. Nesse sentido, estão sendo feitos cortes de custo, racionalização e melhoria de processos operacionais, sem prejuízos de medidas complementares que possam ser identificadas.

2.10. **Da Alienação e Dação em Pagamento de Bens para Pagamento de Credores Extraconcursais.** Os Recuperandos estão autorizados, a seu critério e sem a necessidade de prévia autorização judicial ou de qualquer comitê de

credores, a alienar bens objeto de garantia e/ou dar bens objeto de garantia em pagamento (dação em pagamento), a fim de liquidar, total ou parcialmente, créditos de natureza extraconcursal.

2.10.1. A alienação e a dação em pagamento poderão ser realizadas por uma das seguintes formas, a critério dos Recuperandos: i) prioritariamente, mediante negociação direta com o credor extraconcursal, podendo ser aceito por valor de mercado ou outro valor mutuamente acordado entre as partes, conforme o bem ou direito envolvido; ou ii) por meio de venda pública, por meio de leiloeiro oficial, para o pagamento de créditos extraconcursais, quando o devedor entender que tal modalidade é mais vantajosa ou adequada. A venda por leilão deverá observar o maior lance oferecido, desde que respeitada a oferta mínima de 80% (oitenta por cento) do valor de avaliação apresentado pelos Recuperandos.

III. REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS SUJEITOS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL

3.1. **Créditos Sujeitos**. Todo o crédito que tiver por fato gerador obrigação ocorrida anteriormente ao pedido de recuperação judicial (05/11/2025) estará sujeito à recuperação judicial, e, por consequência, ao plano, ainda que respectiva liquidação tenha ou reconhecimento judicial tenha ocorrido após o pedido recuperacional.

3.2. **Reestruturação de créditos**. O plano implica novação de todos os créditos sujeitos, para cada classe de credores, ainda que os contratos que deram origem aos créditos disponham de maneira diferente. Com a novação, todas as obrigações, *covenants*, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, multas, bem como outras obrigações e garantias que sejam incompatíveis com as condições deste plano deixam de ser aplicáveis.

3.2.1. Os créditos não sujeitos ao plano serão pagos na forma como originariamente contratados ou na forma como for acordado entre as Requerentes e o respectivo credor.

3.3. **Início dos prazos para pagamento.** Os prazos previstos para pagamento, bem como eventuais períodos de carência previstos, somente terão início após a publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial.

3.4. **Forma de pagamento.** Os créditos serão quitados mediante TED (Transferência Eletrônica de Documentos), DOC (Documento de Ordem de Crédito), chave PIX, sendo de responsabilidade exclusiva de o credor informar, por escrito, os dados bancários atualizados aos Recuperandos em até 10 (dias) dias antes do vencimento de cada uma das parcelas. A ausência de pagamento em virtude da não apresentação dos dados bancários pelo credor em cada parcela a ser paga não acarretará em descumprimento do plano de recuperação judicial. Portanto, caberá ao credor procurar o devedor em cada parcela para recebimento do seu crédito.

3.5. **Data do pagamento.** Os pagamentos deverão ser realizados nas datas dos seus respectivos vencimentos. Na hipótese de qualquer pagamento ou obrigação prevista no plano estar programada para realização ou satisfação em um dia que não seja considerado como útil o referido pagamento ou a referida obrigação deverá ser realizado ou satisfeito no dia útil seguinte.

3.6. **Antecipação de pagamentos.** Sem prejuízo das demais hipóteses previstas neste plano, caso exista excedente de caixa, os Recuperandos poderão, após ter pago a parcela anual, antecipar o pagamento dos credores sujeitos ao plano. Tal antecipação deverá incidir sobre a última parcela a ser paga no plano, podendo ser total ou parcial. A distribuição será feita de acordo e proporcionalmente ao saldo do crédito de cada credor no momento da distribuição.

3.7. **Majoração ou inclusão de créditos.** Na hipótese de majoração de qualquer crédito, ou inclusão de novo crédito, em decorrência de eventual decisão judicial definitiva, o respectivo valor será pago na forma prevista neste plano.

3.7.1. Os prazos de pagamento dos novos créditos começarão a contar a partir da data da retificação efetiva do crédito na relação de credores, ou, caso encerrada a recuperação judicial, a partir do momento em que se tornarem líquidos, acrescido do prazo de carência e o número de parcelas previsto neste Plano, correspondente à respectiva classe. Os titulares dos respectivos créditos não terão direito aos rateios que já tiverem sido realizados em data anterior. A ausência de direito aos rateios já realizados não corresponderá à remissão do crédito.

3.8. **Reclassificação de créditos.** Na hipótese de reclassificação de crédito, sendo ela total ou parcial, após o início dos pagamentos, o credor que tiver seu crédito reclassificado não fará *jus* aos pagamentos e às distribuições que já tiverem sido realizadas anteriormente, e continuará a receber o saldo do seu crédito na forma prevista para a classe a qual foi reclassificado, com o devido abatimento do valor já recebido.

3.9. **Compensação.** Os Recuperandos poderão compensar os créditos sujeitos ao plano com créditos detidos frente aos respectivos credores sujeitos ao plano, sobretudo aqueles declarados judicialmente, inclusive valores retidos ou debitados indevidamente de suas contas, ficando eventual saldo sujeito às disposições do presente plano.

3.10. **Forma de incidência de juros.** Quando for prevista incidência de juros, será calculada de forma simples (não capitalizada) e sobre valor de cada uma das parcelas devidas (não sobre saldo devedor). Os juros incidentes durante o período de carência, quando isso ocorrer, serão somados ao valor principal ao final da carência e serão pagos na mesma forma descrita em cada uma das classes de credores.

3.11. **Credores Desinteressados ou Desistentes**. O credor que não informar os dados bancários para adimplemento do crédito, nem comparecer para receber seus valores, em até 01 (um) ano contado da data da decisão de homologação do plano de recuperação judicial ou do trânsito em julgado da respectiva habilitação ou impugnação de crédito, independentemente da classe, será considerado como credor desinteressado, aplicando-se um deságio de 90% sobre o seu crédito. Após o transcurso de 02 (dois) anos contados da data da decisão de homologação do plano de recuperação judicial ou do trânsito em julgado da respectiva habilitação ou impugnação de crédito, será considerado como credor desistente, ocorrendo o perdão total da dívida, sendo considerado quitado o seu crédito.

3.12. **Leilão Reverso dos Créditos**. Os Recuperandos poderão promover Leilão Reverso dos Créditos, a qualquer momento, e respeitada a sua necessidade de liquidez e capital de giro para manutenção das atividades. O procedimento consiste no pagamento antecipado dos credores que oferecerem os seus créditos com a maior taxa de deságio.

3.12.1. O leilão reverso dos créditos sempre será precedido de um comunicado dos Recuperandos a todos os seus credores, via carta registrada (AR) ou e-mail, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, informando o valor que estará disponível para quitação dos créditos e o deságio mínimo admitido, bem como a indicação do local, data, horário e forma (eletrônica, presencial ou através de correspondência registrada) de sua realização, cujo procedimento contará com a fiscalização do Administrador Judicial. Os credores que oferecerem a maior taxa de deságio na data do leilão reverso dos créditos serão vencedores, independentemente da classe.

3.12.2. Se o valor reservado para o pagamento dos créditos em leilão for inferior ao valor do crédito do credor vencedor do leilão, os Recuperandos poderão efetuar o pagamento parcial da dívida. Caso o Leilão Reverso de Créditos seja vencido por mais de um credor e a soma dos respectivos créditos for superior ao

valor destinado para o pagamento antecipado, será efetuado rateio entre os credores vencedores, considerando-se como critério o número de credores vencedores, independentemente do valor dos créditos detidos por esses.

3.12.3. Não havendo credores interessados em participar dos leilões, os valores reservados ao pagamento antecipado dos créditos sujeitos à recuperação judicial, retornarão ao fluxo normal das operações dos Recuperandos.

3.13. **Leilão Reverso de Bens e Ativos**. Os Recuperandos poderão promover Leilão Reverso de Bens e Ativos, a seu exclusivo critério, alienando ativo aos credores interessados em adquiri-lo com o pagamento com o crédito arrolado na recuperação judicial, através de lances a serem oferecidos com deságio em leilão reverso. Os lances concorrerão em igualdade com os lances oferecidos por terceiros em condições normais de pagamento e deverão ser mais vantajosos para os Recuperandos para serem considerados vencedores.

3.13.1. O procedimento contará com a publicação de edital na sede dos Recuperandos contendo os lances mínimos e as regras para sua realização, bem como protocolo nos autos do processo de recuperação judicial, e será fiscalizado pelo Administrador Judicial. Os credores serão comunicados via carta registrada (AR) ou e-mail, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

3.14. **Convocação de AGC**. Eventual descumprimento do plano de recuperação judicial, durante o processo, como medida antecedente e na tentativa de evitar a imediata convolação em falência, será, necessariamente, convocada a Assembleia Geral de Credores para deliberar acerca da apresentação de alterações e/ou aditivo à proposta de pagamento.

IV. PROPOSTA DE PAGAMENTO DOS CREDITORES

4.1. **Proposta de Pagamento**. Para a liquidação dos valores devidos aos credores sujeitos à recuperação judicial, os Recuperandos propõem as seguintes condições para cada classe de credores, sendo elas: **Classe I** - Credores

derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho;
Classe II - Credores com Garantia Real; **Classe III** – Credores Quirografários;
Classe IV – Credores enquadrados como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos que seguem abaixo.

4.2. **Créditos Trabalhistas**. O pagamento dos credores inseridos na classe dos Credores Trabalhistas (classe I) será efetuado nas seguintes condições:

- (i) Forma de Amortização/carência. Os créditos serão pagos no 12º (décimo segundo) mês contado da data da publicação da decisão que homologar o presente plano de recuperação judicial.
- (ii) Deságio. Será aplicado deságio de 90% (noventa por cento).
- (iii) Correção. Os créditos serão corrigidos anualmente pela TR e acrescidos de juros de 1% ao ano, a partir da data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial.

4.2.1. Os créditos trabalhistas até o limite da base de cálculo de 10 (dez) salários-mínimos, segundo o valor relacionado no quadro geral de credores, serão pagos nas condições acima, dispostas nos itens “I a III” da cláusula 4.2. O saldo do que eventualmente exceder a base de cálculo de 10 (dez) salários-mínimos, será pago nas condições previstas para os créditos quirografários.

4.2.2. O credor trabalhista que, eventualmente, possuir crédito de natureza estritamente salarial, vencido nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial, receberá o seu crédito, até o limite de 5 (cinco) salários-mínimos, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial, em observância ao disposto no art. 54, §1º da Lei 11.101/2005.

4.3. **Créditos Garantia Real**. O pagamento dos credores inseridos na classe dos Créditos com Garantia Real (classe II), será efetuado nas seguintes condições:

- (i) Forma de Amortização. Os créditos serão pagos em 15 (quinze) anos, com amortizações anuais, tomando por base o valor relacionado no quadro geral de credores.
- (ii) Deságio. Será aplicado deságio de 90% (noventa por cento) sobre o valor relacionado no quadro geral de credores.
- (iii) Encargos. Os créditos serão corrigidos pela TR e acrescidos de juros de 1% ao ano, a partir da data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial.
- (iv) Termo inicial (carência). Os pagamentos anuais iniciarão no 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial.

4.4. **Créditos Quirografários**. O pagamento dos credores inseridos na classe dos Créditos Quirografários (classe III), será efetuado nas seguintes condições:

- Será pago o valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) para todos os credores desta classe, respeitados os limites dos respectivos créditos, independentemente de deságio, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial. O valor excedente a R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) será quitado nas seguintes condições:
 - (i) Forma de Amortização. Os créditos serão pagos em 15 (quinze) anos, com amortizações anuais.
 - (ii) Deságio. Será aplicado deságio de 90% (noventa por cento).
 - (iii) Encargos. Os créditos serão corrigidos pela TR e acrescidos de juros de 1% ao ano, a partir da data publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial.
 - (iv) Termo inicial (carência). Os pagamentos anuais iniciarão no 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial.

4.5. Credores enquadrados como Microempresas e Empresas de Pequeno

Porte. O pagamento dos credores inseridos na Classe ME/EPP (classe IV), será efetuado nas seguintes condições:

- Será pago o valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) para todos os credores desta classe, respeitados os limites dos respectivos créditos, independentemente de deságio, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial. O valor excedente a R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) será quitado nas seguintes condições:

(i) Forma de Amortização. Os créditos serão pagos em 15 (quinze) anos, com amortizações anuais.

(ii) Deságio. Será aplicado deságio de 90% (noventa por cento).

(iii) Correção. Os créditos serão corrigidos pela TR e acrescidos de juros de 1% ao ano, a partir da data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial.

(iv) Termo inicial (carência). Os pagamentos anuais iniciarão no 37º (trigésimo sétimo) mês contado da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial.

4.6. Pagamento Alternativo – Credores Colaborativos. O credor colaborativo desempenha um papel crucial nas recuperações judiciais, contribuindo significativamente para a estabilização financeira de empresas em dificuldade. O credor colaborativo ao processo de soerguimento é aquele que reconhecendo a necessidade de preservação da empresa e da função social dela decorrente, adere ativamente aos esforços comuns de reestruturação empresarial, de forma direta, não sendo motivado apenas pela busca do recebimento do seu crédito, mas também pelo princípio da preservação da empresa, do interesse da coletividade, da fonte geradora de emprego e renda, empenha esforços para a reestruturação econômico-financeira do devedor, não criando entraves ou compactuando para o agravamento do estado de crise.

Portanto, esta cláusula foi concebida para promover a otimização de recursos e eficiência financeira, administrativa e operacional, contribuindo diretamente no processo de reestruturação da atividade e soerguimento dos Recuperandos. Em contrapartida, aos credores parceiros que colaborarem com os Recuperandos nos termos a seguir dispostos, será oferecida a oportunidade de receber seus créditos em condições mais vantajosas. É uma disposição de pagamento alternativa e opcional, que será implementada somente com a adesão voluntária do(s) credor(s).

4.6.1. **Credores Colaborativos Trabalhadores.** Serão considerados Credores Colaborativos Trabalhadores os credores que possuem vínculo de emprego celetista ativo com os Recuperandos, que apoiarem expressamente os Recuperandos no processo de soerguimento, praticando atos condizentes com a condição de credores colaborativos. Os credores enquadrados como Colaborativos Trabalhadores terão seus créditos sujeitos à Recuperação Judicial, pagos nas seguintes condições:

- (i) Forma de Amortização: os créditos serão pagos até o 12º (décimo segundo) mês contados da data da publicação da decisão que homologar o Plano de recuperação judicial, tomando por base o valor relacionado no quadro geral de credores.
- (ii) Deságio: sem deságio.
- (iii) Correção: os créditos serão corrigidos anualmente pela TR, a partir da data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial, *pro rata dies*, acrescido de juros de 1% ao ano.

4.6.2. **Credores Colaborativos Fornecedores.** Serão considerados Credores Colaborativos Fornecedores aqueles classificados como Quirografários e/ou ME/EPP que mantiverem relações negociais com os Recuperandos, fornecendo bens, insumos ou produtos, ou prestando serviços imprescindíveis à atividade empresarial do Grupo Achterberg, a preço competitivo, compatível com o praticado pelo mercado, desde que os bens, insumos, produtos ou serviços tenham sido previamente aprovados pelos Recuperandos conforme suas

necessidades e que: **(i)** o fornecimento e/ou a prestação de serviços seja de valor igual ou superior ao crédito do respectivo credor constante da recuperação judicial; **(ii)** tratando-se de fornecedores de químicos (defensivos, fertilizantes etc.), sejam concedidas condições de pagamento a prazo, com vencimento na safra; e **(iii)** tratando-se de fornecedores de adubo e demais produtos, sejam concedidas condições de pagamento a prazo de, no mínimo, 30 (trinta) dias. Aos credores que aderirem a esta condição, preenchidos os requisitos acima, serão aplicadas as seguintes condições de pagamento:

- (i) Forma de Amortização. Os créditos serão pagos em 05 (cinco) anos, com amortizações anuais, tomando por base o valor relacionado no quadro geral de credores;
- (ii) Deságio. Será aplicado deságio de 30% (trinta por cento) sobre o valor relacionado no quadro geral de credores;
- (iii) Carência. Os pagamentos anuais iniciarão no 07º (sétimo) mês contado da publicação da decisão de homologação do Plano de recuperação judicial.
- (iv) Encargos. Os créditos serão corrigidos pela TR e acrescidos de juros 2% ao ano, a partir da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial.

4.6.3. Para ser enquadrado na condição de Credor Colaborativo Fornecedor (I ou II), o credor parceiro deverá: i) ter firmado termo de adesão com os Recuperandos até a data da aprovação do Plano de Recuperação Judicial; ii) apoiar expressamente os Recuperandos no processo de soerguimento, praticando atos condizentes com a condição de credores colaborativos interessados no soerguimento dos Recuperandos, apoiando o presente plano; iii) continuar mantendo relação comercial com os Recuperandos até a liquidação do seu crédito, nos termos deste Plano de Recuperação Judicial.

V. EFEITOS DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

5.1. **Vinculação do Plano.** As disposições previstas no plano de recuperação vinculam os Recuperandos e os credores sujeitos ou aderentes a ele, bem como os seus respectivos cessionários e sucessores, a partir da homologação judicial do Plano.

5.2. **Garantias.** As garantias fidejussórias, avais, fianças, coobrigações e solidariedade prestadas pelos Recuperandos ou por terceiros em relação a qualquer obrigação sujeita aos efeitos do Plano serão preservadas. No entanto, em razão da sua natureza acessória, passam a garantir, exclusivamente, as obrigações aqui assumidas, nos seus exatos termos, conforme disposto neste plano.

5.2.1. Com isso, ainda que mantidas as garantias, a sua exigibilidade fica suspensa com a homologação judicial deste plano. Razão pela qual, eventuais cobranças ficarão sobrestadas. Da mesma forma, eventuais demandas judiciais em curso que tenham como objeto crédito sujeito a este plano, ficarão suspensas.

5.2.2. Com o pagamento dos créditos na forma deste plano, ficarão automaticamente resolvidas as garantias, fianças, avais e obrigações solidárias anteriormente constituídas. Como consequência, as respectivas demandas judiciais que versem sobre obrigações quitadas na forma deste plano serão automaticamente extintas, sem ônus para qualquer das partes.

5.3. **Extinção de processos judiciais ou arbitrais.** Os credores sujeitos à recuperação judicial não mais poderão, a partir da homologação judicial do plano:

(I) Ajuizar ou prosseguir qualquer ação judicial ou processo de qualquer tipo relacionado a qualquer crédito sujeito contra os Recuperandos, contra seus controladores, seus sócios, administradores, fiadores, avalistas e garantidores;

- (II) Executar qualquer sentença, decisão judicial ou sentença arbitral contra os Recuperandos, seus controladores, seus sócios, administradores, fiadores, avalistas e garantidores, relacionada a qualquer crédito sujeito ao Plano;
- (III) Penhorar quaisquer bens dos Recuperandos, de seus controladores, seus sócios, administradores, fiadores, avalistas e garantidores, para satisfazer seus créditos sujeitos ao Plano;
- (IV) Criar, aperfeiçoar ou executar qualquer garantia real sobre bens e direitos dos Recuperandos, dos seus sócios, administradores, fiadores, avalistas e garantidores, para assegurar o pagamento de seus créditos sujeitos ao Plano;
- (V) Reclamar qualquer direito de compensação contra qualquer crédito devido aos Recuperandos, a seus sócios, administradores, fiadores, avalistas e garantidores, com seus créditos sujeitos ao Plano;
- (VI) Buscar a satisfação de seus créditos sujeitos ao Plano por quaisquer outros meios;
- (VII) Todas as execuções judiciais em curso contra os Recuperandos, seus sócios, administradores, fiadores, avalistas e garantidores, relativas aos créditos sujeitos ao Plano serão extintas sem ônus para as partes, e as penhoras e constrições existentes serão liberadas.

5.4. **Continuidade de ações envolvendo quantia ilíquida.** Os processos de conhecimento ajuizados por credores sujeitos ao plano que tiverem por objeto a condenação em quantia ilíquida, ou a liquidação de condenação já proferida, poderão prosseguir em seus respectivos juízos, até que haja a fixação do valor do crédito sujeito ao plano, ocasião em que o credor sujeito ao plano deverá providenciar a habilitação da referida quantia na Lista de Credores, para recebimento nos termos do Plano, observado o disposto na cláusula 3.7. Em hipótese alguma haverá pagamento de credores sujeitos ao plano de forma diversa da estabelecida no plano. Todo crédito que tiver por fato gerador obrigação ocorrida anteriormente ao pedido de recuperação judicial se sujeita à recuperação e aos termos do plano, ainda que a respectiva liquidação ou reconhecimento judicial tenha ocorrido após o ajuizamento da recuperação judicial.

5.5. **Credores aderentes obrigatórios.** Os credores cujos créditos sejam garantidos por operações que envolvam bens indispensáveis à exploração das atividades empresariais pelos Recuperandos serão considerados sujeitos às disposições deste plano de recuperação judicial. Também serão considerados sujeitos aos efeitos deste plano de recuperação judicial os créditos garantidos por operações que envolvam os bens indispensáveis à exploração da atividade empresarial pelos Recuperandos, na hipótese de os respectivos credores buscarem execução de título extrajudicial, pois se considerará ter havido renúncia às respectivas garantias. Se os credores mencionados neste item forem instituições financeiras, seus créditos serão satisfeitos segundo previsão para pagamento dos credores detentores de garantia real; se os credores não forem instituições financeiras, segundo previsão de pagamento dos credores quirografários.

5.6. **Modificação do Plano na Assembleia Geral de Credores.** Aditamentos, alterações ou modificações ao plano podem ser propostos pelos Recuperandos a qualquer tempo após a homologação judicial do plano, vinculando os Recuperandos e todos os credores sujeitos ao plano, desde que tais aditamentos, alterações ou modificações sejam aprovados pelos Recuperandos e sejam submetidos à votação na Assembleia Geral de Credores, e que seja atingido o quórum requerido pelos artigos 45 e 58, caput ou § 1º, da LREF.

5.7. **Julgamento posterior de impugnações de crédito.** Os credores sujeitos ao plano que tiverem seus créditos sujeitos ao plano alterados por meio de decisão judicial proferida em Impugnação de Crédito em data posterior ao início dos pagamentos, não terão o direito de receber o valor proporcional ao acréscimo decorrente de rateios já realizados. Fica assegurado seu direito de participação em rateios posteriores, pelo valor fixado na decisão judicial então vigente ou pelo valor proporcional, se a Habilitação de Crédito tiver sido retardatária, conforme definido na cláusula 3.7, observado o prazo de carência e o número de parcelas previsto neste plano, correspondente à respectiva classe.

5.8. **Quitação**. Os pagamentos e as distribuições realizadas na forma estabelecida neste plano acarretarão quitação. Com a ocorrência da quitação, os credores sujeitos ao plano serão considerados como tendo quitado, liberado e renunciado todos e quaisquer créditos, e não mais poderão reclamá-los, contra a empresa, contra seus diretores, conselheiros, sócios, agentes, funcionários, representantes, sucessores e cessionários.

VI. DA DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE ECONÔMICA

6.1. **Viabilidade econômica**. O laudo econômico-financeiro acostado aos autos (evento 105) demonstra que com a margem de lucro existente e com a equação das dívidas, a empresa é viável. As projeções de fluxo de caixa comprovam isso (evento 105 dos autos).

VII. DO LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DE AVALIAÇÃO DOS BENS E ATIVOS

7.1. **Laudos**. O laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos foram acostados ao processo junto ao evento 105, cumprindo a exigência dos incisos II e III, do artigo 53, da LREF.

VIII. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. **Credores aderentes**. Os credores que não se submetem aos efeitos da recuperação judicial, assim considerados os detentores dos créditos relacionados nos arts. 67 e 84 da Lei 11.101/2005 e art. 49, §§3º e 4º, da mesma legislação, poderão aderir ao Plano como "Credores Aderentes", obedecendo aos critérios de pagamento na forma e ordem aqui estabelecida.

8.1.1. Para ter seu crédito incluído na relação de credores da recuperação judicial, a fim de que esse seja satisfeito nos termos do plano, deve o credor aderente solicitar referida inclusão ao juízo recuperacional através de manifestação nos autos do processo de recuperação judicial.

8.2. **Cessão de crédito.** Os credores poderão ceder seus créditos a outros credores ou a terceiros, produzindo a cessão efeitos desde que: (i) seja comunicado ao juízo da recuperação, ao Administrador Judicial e aos Recuperandos; (ii) os cessionários manifestem ciência de que o crédito se sujeita aos efeitos do Plano.

8.2.1. Para efeitos do plano, o crédito de cada um dos credores será considerado como um todo único e indivisível, de modo que não serão considerados eventuais cessões de parte de crédito, ou qualquer forma de cisão do crédito original, que implique benefício no recebimento do crédito.

8.3. **Variação cambial.** Nas operações em moeda estrangeira, será preservada a variação cambial, cuja conversão para moeda nacional levará em consideração o câmbio da data de cada pagamento.

8.4. **Ocorrência de eventos alheios à vontade.** Considerando que os Recuperandos estão inseridos no setor do agronegócio e também no setor varejista/comercial, fica estabelecido que, na hipótese de comprovada ocorrência de fatores alheios à sua vontade, como enchentes, alagamentos e/ou frustração de safra extrema, haverá automaticamente a postergação da correspondente parcela para o ano seguinte ao vencimento da última parcela, e, assim, sucessivamente, evitando, com isso, a cumulação de parcelas, sem que isso seja considerado descumprimento do plano.

8.4.1. Em havendo guerras, caso fortuito ou de força maior, ou determinação de medidas sanitárias como, por exemplo, isolamento social, por parte dos Órgãos Públicos, provenientes de Pandemia ou qualquer outra questão relacionada à saúde pública, que implique na paralisação integral ou parcial das atividades, fica estabelecido que haja automaticamente a postergação da correspondente parcela para o ano seguinte ao vencimento da última parcela, e, assim, sucessivamente, evitando, com isso, a cumulação de parcelas, sem que isso seja considerado descumprimento do plano.

8.5. **Cooperação judicial.** O juízo da recuperação judicial será competente para avaliar o cumprimento do plano de recuperação judicial, seja pelos Recuperandos, seja por parte dos credores. Constatando-se que algum credor busca vantagem indevida sobre os demais, seja redirecionamento de reclamações trabalhistas, seja de ações de natureza civil, as disposições deste plano de recuperação judicial servirão para instauração de conflitos de competência, na medida em que tais buscas de redirecionamento implicam, mesmo que indiretamente, prejuízo ao patrimônio dos Recuperandos, em razão da obrigação que pode lhes surgir em regresso. Eventual interesse do Fisco Federal, Estadual ou Municipal em constrição de bens dos Recuperandos deverá ser objeto de cooperação entre os juízos das eventuais execuções fiscais e do juízo da recuperação judicial, devendo a autorização para eventual penhora partir deste último juízo.

8.6. **Divisibilidade das previsões do plano.** Na hipótese de qualquer termo ou disposição do plano ser considerado inválido, nulo ou ineficaz pelo juízo da recuperação, o restante dos termos e disposições do plano devem permanecer válidos e eficazes, desde que as premissas que o embasaram sejam mantidas.

8.7. **Equivalência.** Na hipótese de qualquer das operações previstas no plano não ser possível ou conveniente de ser implementadas, os Recuperandos adotarão as medidas necessárias a fim de assegurar um resultado econômico equivalente.

8.8. **Encerramento da Recuperação Judicial.** A recuperação judicial será encerrada a qualquer tempo após a homologação judicial do plano, a requerimento dos Recuperandos, desde que todas as obrigações do plano que se vencerem até 02 (dois) anos após a homologação do plano sejam cumpridas.

8.9. **Lei aplicável.** O plano e todas as obrigações nele previstas serão regidos e deverão ser interpretados de acordo com as leis vigentes na República Federativa do Brasil.

BOCHI BRUM & ZAMPIERI

Sociedade de Advogados - OAB/RS 361

8.10. **Eleição de Foro.** O foro do juízo da recuperação judicial será o competente para dirimir toda e qualquer controvérsia ou disputa oriunda deste Plano, até o encerramento do processo de recuperação judicial.

Santa Maria (RS), 20 de outubro de 2026.

Carlos Alberto Becker - OAB/RS 78.962

Augusto Becker - OAB/RS 93.239

Fernanda Rodrigues - OAB/RS 111.939

GILMAR EMILIO ACHTERBERG & CIA LTDA. – em recuperação judicial

GILMAR EMILIO ACHTERBERG – em recuperação judicial

FLAVIA ALINE ZUGE – em recuperação judicial